

Cómo citar este trabajo: Schwade, E (2022). Sexualidades e educação: experiências, desafios e disputas. *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, 7, pp: 77-84. <https://doi.org/10.46661/relies.7275>

Sexualidades e educação: experiências, desafios e disputas

Sexualities and education: experiences, challenges and disputes

Elisete Schwade

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Brasil

eliseteschwade@gmail.com

ORCID 0000-0002-3488-1171

J. Ignacio Pichardo

Universidad Complutense de Madrid

jipichardo@ucm.es

ORCID 0000-0002-8807-747X

Recepción: 26.06.2022

Aceptación: 26.06.2022

Publicación: 26.06.2022



Este trabajo se publica bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.

Resumen

Este especial reúne artículos que analizan la intersección de las sexualidades y la educación en sus diversas facetas. Estos textos abordan experiencias sobre el tema en diferentes escenarios y niveles educativos, tanto en contextos formales como no formales, así como en diferentes espacios de enseñanza y aprendizaje. Se pone el foco en explorar los vínculos y diálogos con los movimientos sociales y otros agentes sociales. El número también recopila reflexiones sobre experiencias innovadoras, buenas prácticas e implementación de políticas públicas.

Palabras clave: sexualidad; educación; políticas públicas.

Resumo

O Dossiê reúne artigos que versam sobre temáticas relacionadas as dinâmicas que envolvem cruzamentos entre sexualidades e educação, em múltiplos contextos, atravessamentos e possibilidades. Os artigos apresentados discutem experiências em todos os níveis de ensino, em contextos formais e informais envolvendo o tema, contextos escolares, bem como em diferentes espaços de ensino e aprendizagens, de modo particular os vínculos e diálogos com movimentos sociais e outros agentes sociais. O dossiê condensa reflexões sobre experiências inovadoras, boas práticas e a efetivação de políticas públicas.

Palavras chave: sexualidades; educação; políticas publicas.

Abstract

This special issue gathers articles addressing questions on the intersection of sexualities and education, regarding diverse aspects and possibilities. These texts discuss experiences on the topic in different educational settings and levels, both in formal and non-formal contexts, as well as in different teaching and learning spaces. A focus is placed in exploring the links and dialogues with social movements and other social agents. The issue also compiles reflections on innovative experiences, good practices and the implementation of public policies.

Palabras clave: Sexualities; Education; Public Policies

O conjunto de textos que publicamos, no espaço do dossiê/monográfico agora concluído, com a temática das sexualidades e educação, reflete uma linha de continuidade de debates e diálogos na organização da Rede LIESS. No âmbito de atividades da Rede, a reflexão sobre as práticas educativas esteve presente, de modo especial no que se refere aos desafios de efetivar políticas públicas em educação com ênfase na incorporação de gênero e sexualidades. Diferentes questões relacionadas a práticas e contextos educativos foram objeto de discussão em seminário realizado em Pipa/Natal/RN/Brasil, em 2014; em Colônia Sacramento, no Uruguai, em 2015. Em 2016, em Granada – Espanha, durante o III CIEDSI tivemos um simpósio que acrescentou dados e cenários indicativos da necessidade de ampliar os diálogos sobre o tema. Em 2017, na UFSC/SC/Brasil, durante o XVIII IUAES, os organizadores desse dossiê coordenaram o painel *Learning sexualities: anthropological approaches*”, que trouxe novos e importantes elementos ao debate.

Num balanço das reflexões que foram se evidenciando ao longo dessas trocas, destacamos, a seguir, algumas questões importantes que percebemos nesses diálogos, presentes nos textos reunidos neste dossiê, que assinalam possibilidades para a continuidade da discussão, no âmbito do Brasil e da Espanha. Trata-se de uma série de evidências das tensões e conflitos, desde que, no contexto político e cultural, em escala internacional, seguimos tendo ataques ultra-conservadores à incorporação das temáticas de gênero e sexualidade em contextos educacionais, o que abrange todos os níveis de formação. Um cenário que permite estabelecer contrastes, identificando pontos de encontro e também singularidades. Em outra direção, a pesquisa qualitativa, de modo especial o registro etnográfico, tem indicado também resistências importantes, tanto no que se refere ao posicionamento no interior dos espaços educativos como também na preocupação com a formação de educadoras/es, nos currículos e nas abordagens e ações no interior das universidades. A educação sempre ocupou um lugar fundamental no centro da disputa social, desde que, tanto os grupos que buscam a transformação, como aqueles que apostam em manter o *status quo*, são conscientes do papel que desempenham os contextos educativos, na reprodução e na mudança. Nesse dossiê ora finalizado aparecem alguns desses mecanismos, dando conta de processos gerados em um ou outro sentido, assim como das resistências e apoios que obtêm as forças que se enfrentam neste campo de disputas.

Ainda que nem todos os textos que compõem esse conjunto se apresentam com uma perspectiva antropológica, o coordenador e a coordenadora do dossiê, ambos, estão vinculados a esta disciplina. Assim, consideramos que é importante situar o debate que apresentamos aqui em referências teóricas, como exemplo, aos usos de antropologia e educação ou antropologia da

educação. Essa discussão tem sido recorrente. O que vem se destacando é a centralidade da etnografia e da alteridade na abordagem de contextos educativos, no Brasil, desde a importante reflexão de Claudia Fonseca (1998) acerca das potencialidades da pesquisa etnográfica para diferentes exercícios profissionais, recuperando uma perspectiva recorrente nas pesquisas em educação, os usos da etnografia. Já Alexandre Barbosa Pereira (2017) retoma essa centralidade da etnografia, associada a alteridade e a questão geracional. Nesse sentido, pesquisas com essa orientação são profícuas na perspectiva de evidenciar um complexo conjunto de universos relacionais que se efetivam nas práticas educativas.

Os debates apresentados nos textos indicam que não se trata de uma escolha, antropologia e educação ou antropologia *da* educação. Na abordagem antropológica dos contextos educativos, é importante considerar que a escolha não revela visões epistemológicas, como pontuam Eva Sheliga e Juliane Bazzo (2021), mas uma variedade de questões, entre elas, a inserção institucional (p. 27). Se uma abordagem da antropologia da educação remete, como sustentam as mesmas autoras, a um modo de pesquisa e análise que atravessa diferentes temas, a aproximação recorrente ao "chão da escola" (Pereira 2017) também tem ocasionado a problematização da escolarização, o que nos situa na consideração das diferentes tramas que envolvem as aprendizagens, atores, perspectivas, espaços de formação e currículos nas universidades, aproximando assim de diálogos entre antropologia e educação.

Nesse sentido, destaca-se a importância da etnografia para perceber onde as referências a gênero e sexualidade se inserem, são acolhidas/contestadas, possibilitando a percepção das dinâmicas e, o que é muito relevante, a presença e relações com os movimentos sociais e organizações coletivas.

A formação de educadoras/es segue se destacando como um espaço fundamental para potencializar a desconstrução de preconceitos. E em diferentes direções, desde que remete a necessidade de abordagem teórica de conteúdos, passando pelas dificuldades metodológicas e refletindo também as experiências subjetivas na realidade dos centros universitários (Pichardo y Puche, 2019), nos quais a incorporação dessas reflexões é ainda tímida, o que indica limites desde a formação inicial.

Os espaços de formação inicial e continuada se revelam como contextos etnográficos importantes para perceber questões que limitam e/ou facilitam tais abordagens. Trata-se de situações em que temos acesso às moralidades e tensões relacionadas a gênero e sexualidade, de acordo com os diferentes contextos sócio-culturais, inclusive das condições das/os educadoras/es (Schwade e

Porto, 2016).

Adentrando aos textos que compõem o dossiê, temos referências, de modo especial, a questões que vem se evidenciando no contexto brasileiro e espanhol e que, ao mesmo tempo, dialogam com outras realidades que vão além do contexto iberoamericano, como poderia ser o âmbito anglosaxão.

Assim, no primeiro texto, que versa sobre espaços de formação, Sue Sanders e Esteban Francisco López Medina começam realizando uma revisão acerca das dificuldades que tem tido a incorporação da diversidade sexual e de gênero nos centros educativos. Esse artigo faz uma referência especial ao importante papel que desempenham as leis e as políticas públicas para facilitar ou dificultar essa tarefa. Desse modo e, a partir da experiência britânica, se propõe um neologismo como "usualizar" para ir além das propostas pontuais nas quais a sexualidade em geral, e a diversidade sexual em particular, se evidenciam nos contextos educativos. Quando aparecem, muitas vezes é de forma esporádica e introduzidas, por exemplo, por oficinairos que apenas passam alguns momentos com os estudantes. Mesmo quando os professores incorporam essas questões, correm o risco de fazê-lo em espaços encapsulados do processo educativo. Frente a isso, a proposta de "usualizar" nos convida a incorporar a diversidade de sexo e gênero de forma transversal e cotidiana, nos exercícios, exemplos e atividades em aula e em todo o ambiente do processo educacional. E fazendo-o sempre sem perder de vista uma abordagem interseccional.

O artigo de Begoña Sánchez Torrejón, María Escribano Verde e Ana Álvarez Balbuena, mostra, em primeiro lugar, uma proposta para incorporar, na formação universitária do futuro professorado do ensino fundamental (primaria), a reflexão sobre diversidade de gênero e sexualidade. Em segundo lugar, o artigo apresenta e avalia uma experiência concreta para viabilizar essa incorporação através dos chamados encontros pedagógicos. O artigo mostra o êxito da experiência e nos convida a pensar que as/os futuras/os docentes formadas nestas aulas universitárias poderiam de fato tornarem cotidianas e transversais as diversidades em seu desempenho profissional no âmbito da educação. O artigo aponta, uma vez mais, a importância da vontade política e legislativa para incorporar essas questões e assim superar as limitações que o chamado currículo oculto implicam para abraçar a diversidade em todos os níveis educativos.

Seguindo as referências da importância das articulações entre propostas/espaços de formação e contexto político, agora em referência ao que vivemos no Brasil, o texto de Alinne Bonetti e Marina Marty contextualiza a reflexão sobre a chamada "ideologia de gênero", trazendo para o debate

questões importantes que remetem a aspectos do cenário político mais amplo, de modo especial a recorrência com que vem sendo acionada a "Escola Sem Partido". Nessa direção, o artigo busca compreender como os questionamentos e as referências a gênero e sexualidade na escola se situam em perspectivas, tais como as distinções "educar" e "ensinar", fundamentais para compreender a complexidade desse contexto. O argumento geral é que a escola não deve se posicionar em relação a valores éticos e moralidades, o que estaria, na perspectiva anti gênero, sob a responsabilidade da família. Importantes articulações entre família, gênero e sexualidade se evidenciam na formação de educadoras/es. O que os cursos de formação indicaram é que os marcadores sociais da diferença, entre eles gênero e sexualidade, embora questionados como conteúdos, se fazem presentes nas experiências cotidianas vivenciadas pelas/os educadoras/es. O que gera uma demanda, de parte do corpo docente atuante nas escolas, para uma discussão teórica que permita enfrentar dúvidas nos modos de enfrentar diferentes situações relacionadas a diversidade de gênero e sexualidade na escola. São os conteúdos científicos, demandados e disponibilizados em projetos de formação continuada que, no processo, suscitam a necessidade de refletir sobre experiências cotidianas e subjetivas das/os envolvidas/os, o que resulta em novas tensões nesse campo repleto de disputas que compõem a relação diversidades/práticas educativas. .

O desafio de incluir essa reflexão deve ser uma demanda também nas universidades, espaço de formação inicial das/os educadoras/es. Trata-se do reconhecimento institucional, conforme registro do texto Auvivar Fernandes Filho e Olga Zigelli Garcia , para o caso da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. O artigo apresenta o processo de criação e o trabalho desenvolvido pela instituição, no âmbito de um espaço específico que publiciza o enfrentamento de questões de gênero e diversidade, a "Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero - CDGEN". Situada como estratégia utilizada pela UFSC no acolhimento à comunidade LGBTQIA+ e no combate à LGBTfobia e violência de gênero na instituição, a CDGEN cria um ambiente de reconhecimento institucional da diversidade no ambiente universitário, apontando para a necessidade de diálogo científico e a abordagem das temáticas relacionadas. Iniciativas como a institucionalização da coordenadoria da diversidade, na UFSC, são fundamentais para reconhecer que a formação de educadoras/es, desde os primeiros movimentos, deve ser realizada em um contexto de diálogos que incorpore o mundo social e assim permita perceber questões e questionamentos acerca de identidades, diferenças, gênero e sexualidade como parte das dinâmicas cotidianas.

Como articular as referências a diversidade de gênero e sexualidades (sexo-genericas),

contemplando conteúdos previstos (currículos) e práticas cotidianas nos contextos escolares, de formação? Quais são as condições necessárias para a efetiva incorporação das questões da diversidade e suas interseccionalidades nas práticas educativas?

A dinâmica cotidiana dos espaços escolares pode conter indicadores importantes. O texto de Julyana Vilar Manguinho e Elisete Schwade é indicativo de um movimento importante do investimento na formação em gênero e sexualidade articulada à organizações coletivas e movimentos sociais.. Trata-se do enfoque na construção de protagonismo presente nas movimentações das jovens que participaram de ocupações em protesto contra as reformas propostas para o ensino médio, no Brasil, em 2016. A etnografia das ocupações indicou que essas se tornaram espaço para a reflexão sobre gênero e sexualidade, inclusive, pela possibilidade de atuação das jovens mulheres na condução das atividades. O acompanhamento desse processo sinaliza a escola e suas dinâmicas como espaço de formação, nesse caso articulada a organizações coletivas feministas que resultaram das lutas contra a reforma do ensino e cortes nos orçamentos.

Portanto, os textos que publicamos nesse dossiê reúnem elementos importantes das dinâmicas que envolvem cruzamentos entre diversidades de gênero, sexualidades e educação, em múltiplos contextos, atravessamentos e possibilidades. São questões que se fazem presentes em diferentes níveis de ensino, bem como nos diversos espaços e condições de aprendizagens. Destaque para a importância e fortalecimento das articulações com movimentos sociais e organizações coletivas, como possibilidade de indicar experiências inovadoras e assim contribuir para a efetivação de políticas públicas.

Referências

Fonseca, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1999, n.10, pp. 58-78.

Pereira, A. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação. *Horizontes Antropológicos* 23 (49) 2017

Pichardo, J. I., y Puche, L. (2019) Universidad y diversidad sexogenérica: barreras, innovaciones y retos de futuro. *Metodos. revista de ciencias sociales*, 2019, 7 (1): 10-26.

Scheliga, E., & Bazzo, J. (2021). Etnografias em contextos pedagógicos: alteridades em jogo. *Campos—Revista de Antropologia*, 22(1), 11-32.

Schwade, E. e Porto, R. O ensino de antropologia e a capacitação de educadoras/es: experiências subjetivas em processo. *Revista Antropológicas*, numero 27, 2016.